



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8360 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

A AVALIAÇÃO E O MODELO CÍVICO-MILITAR DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DO DF

Enilvia Rocha Morato Soares - UnB - Universidade de Brasília

Rose Meire da Silva E Oliveira - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A AVALIAÇÃO E O MODELO CÍVICO-MILITAR DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DO DF

Introdução

A decisão governamental de “promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital” (BRASIL, 2019), instigou debates em torno da questão, incitando manifestações contrárias e favoráveis à inserção de policiais militares no âmbito das escolas.

As ambiguidades e contradições presentes nesse cenário apontaram a necessidade de um trabalho investigativo que permitisse melhor conhecer esse modelo de organização das escolas. Considerando que o aumento dos índices nos exames externos foi um dos argumentos utilizados em defesa da proposta e que, no Distrito Federal (DF), foi também critério de escolha das escolas que inicialmente implantariam o projeto, a avaliação foi destacada como principal objeto de análise. Compreender o trabalho pedagógico, em especial, a prática avaliativa desenvolvida em uma escola do DF onde foi implementado o Projeto Gestão Compartilhada - nome dado à proposta que militariza as escolas públicas dessa localidade -, bem como as implicações desse modo de organização para a conquista de aprendizagens pelos estudantes e por toda a escola foram, então, estabelecidos como objetivos da pesquisa originária dessa comunicação.

Trata-se de um estudo de caso realizado por meio de abordagem qualitativa, cujos dados foram levantados por meio da aplicação de questionários a professores, coordenadores e gestores e da realização de grupos focais com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Apoiadas na epistemologia dialética, as análises permitiram apontar interesses

que subjazem políticas de responsabilização e controle hierárquico nas relações estabelecidas no contexto escolar, como é o caso do modelo cívico-militar de organização escolar. Foram ainda identificadas dissonâncias entre esta proposta e a de organização escolar em ciclos - também implementada nas escolas públicas do DF-, entre elas, práticas avaliativas voltadas à subserviência e conformação dos sujeitos.

Gestão compartilhada: interesses e dissonâncias

O principal argumento utilizado em defesa do Projeto Gestão Compartilhada tem sido a garantia de mais disciplina e maior segurança aos estudantes e profissionais que atuam na escola, o que asseguraria também a melhoria da qualidade do ensino oferecido. Nessa perspectiva, a escolha das primeiras escolas que implantaram o projeto, teve, entre outros critérios, o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de Desenvolvimento Humano (IDH), e o elevado número de ocorrências criminais nas regiões das instituições de ensino.

Esses critérios podem explicar a ampla aceitação do projeto por parte dos pais/mães/responsáveis e, em proporção bastante inferior e com menor entusiasmo, por alguns professores e estudantes. É presumível que a comunidade escolar vivenciava uma realidade que colocava em risco suas próprias vidas, justificando o justo clamor popular por segurança e, em decorrência, o apoio a medidas como a inserção de policiais militares nas escolas a fim de lograr um ambiente pacífico.

Evita-se, com isso, ir ao cerne da questão, induzindo à crença de que é possível estancar um sangramento sem tratar da ferida que o ocasiona. O necessário combate à violência que tem adentrado as escolas se mostra, desse modo, dissociado de uma análise crítica da organização social que as comporta, servindo apenas para desviar olhares dos reais motivos que impulsionam condutas agressivas. Deixa-se de discutir e combater as vertiginosas disparidades sociais que assolam nossa sociedade incitando atos violentos e obstaculizando a difícil trajetória rumo à construção de uma escola que ensine a todos.

Sem desmerecer a importância de um ambiente ordeiro para o desenvolvimento das atividades escolares, chama atenção a inversão de ordem para o tratamento da problemática. Ao invés de investir na construção de um projeto educativo que possibilite aos estudantes um ensino vivo, vinculado aos problemas e às questões que permeiam a realidade, visando compreendê-la e nela atuar com criticidade e autonomia, esforços se voltam ao intento de modelar comportamentos que, assim, se mostram estereotipados porque impostos externamente e autoritariamente. Esse entendimento compromete a função formativa emancipadora conferida à escola, incluindo a avaliação que pratica, substituindo-a pela preparação de sujeitos acríticos e subservientes, aptos a, no máximo, adaptarem-se ao meio social tal como ele se encontra.

No que concerne ao propósito de, por meio do Projeto Gestão Compartilhada, aumentar o Ideb, não foi possível identificar avanços, retrocessos ou permanências, porque em 2019, a escola não participou ou não atendeu os requisitos necessários para que a média no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) fosse calculada. Não se pode duvidar, porém, que a inserção de policiais militares na escola aumentará o escore das escolas militarizadas nos testes em larga escala. No entanto, os caminhos trilhados rumo ao alcance desse propósito precisam ser conhecidos, debatidos e rechaçados quando pautados na exclusão dos insubmissos ao enquadramento em um modelo disciplinar que visa igualar o inigualável.

Se considerado o tratamento autoritário e impositivo dispensado aos estudantes pelos

policiais militares declarado pelos interlocutores, pode-se pressupor que o pretenso aumento de resultados nos exames em larga escala, se conquistado, resultará de estratégias nem sempre associadas à construção de aprendizagens, como é o caso do treino para testes e a premiação de estudantes com notas mais altas, o que significa a punição dos demais.

A lógica militar de enfrentamento da violência e superação da indisciplina no contexto escolar pautada na supressão de atitudes não condizentes com as regras estabelecidas via medidas punitivas, revelam um ambiente educativo hierárquico e excludente, incluindo as práticas avaliativas que nesse contexto se desenvolvem. Embora não violento corporalmente e, por vezes, imperceptível visualmente, esse modo de avaliar se mostra intenso e amplo (ESTEBAN, 2002), uma vez que envolve demonstração de força e estabelecimento da verdade viabilizada pelo controle e pela vigilância.

De forma antagônica, a organização escolar em ciclos, universalizada em 2018 nas escolas públicas do DF, pressupõe a ruptura de tempos/espacos lineares, com a adoção de estratégias pedagógicas e avaliativas diferenciadas, visando atender às particularidades e aos diferentes ritmos de aprendizagens dos estudantes (SEEDF, 2014). Essa organização contraria a padronização de atitudes e comportamentos dos sujeitos envolvidos no processo formativo, especialmente quando unilateralmente imposta, visto que retira deles a autonomia necessária ao desenvolvimento de um trabalho educativo ético, criativo e inovador. Há, portanto, uma dissonância entre os dois projetos, seja na forma de conceber, seja no modo de lidar com a formação escolar.

A gestão democrática, regulamentada em 07 de fevereiro de 2012 por meio da Lei nº 4.751 de Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal (GDF, 2012), constitui elemento que alicerça o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas que se organizam em ciclos. Gerir democraticamente implica garantir a ampla e efetiva participação de todos os envolvidos no processo educativo, visando assegurar a todos o direito de aprender. A avaliação permeia todo esse processo jogando luz sobre o caminho trilhado e apontando os rumos a seguir.

Por permitir impulsionar as aprendizagens e o desenvolvimento de todos, é imprescindível que o processo avaliativo seja guiado por propósitos formativos. Em uma perspectiva formativa, a avaliação do real e o planejamento que se constrói a partir dele se articulam em um movimento dialético que os une em intenções e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em relação ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula. Apropriar-se da realidade escolar é importante, porém não basta. As informações levantadas por meio de diferentes práticas avaliativas devem fundamentar a tomada de decisões que, devidamente planejadas e permanentemente analisadas por todos os envolvidos no trabalho pedagógico, impulsionam avanços. É essa dinâmica, característica da avaliação formativa, que deve marcar o trabalho desenvolvido nas escolas, especialmente nas organizadas em ciclos. Contradiz, portanto, propostas que privilegiam os que se adequam ou se ajustam ao rigor disciplinar imposto por policiais militares, excluindo os que a ele se opõem por diferentes motivos, entre eles, por afetar o seu capital cultural e de suas famílias. Essa é, segundo Freitas (2018, p. 17), a materialização da “segregação social dos indesejáveis”.

Considerações finais

Se dissociada do sentido formativo, a avaliação é comumente relacionada a poder. No campo educacional, diz-se que a avaliação se reveste de poder quando centrada na figura do avaliador que, na maioria das vezes, é o professor, e que pode decidir sobre o destino escolar

dos estudantes. No caso das escolas do DF adotantes do modelo cívico-militar, ou seja, as que desenvolvem o projeto Gestão Compartilhada, esse poder estende-se a policiais militares que dividem a gestão da escola com os profissionais da educação que atuam nesse espaço.

Porque praticada em espaços onde relações coercitivas de domínio sobre pensamentos e corpos eram predominantes, a avaliação desenvolvida na escola pesquisada se mostrou privada de requisitos básicos que caracterizam uma educação guiada pela inclusão e fundamentada na progressão continuada, princípio basilar do trabalho desenvolvido em escolas organizadas em ciclos.

Neste modo de organização, o foco do trabalho pedagógico está nas aprendizagens que, por sua vez, são construídas numa relação social horizontalizada de compartilhamento de saberes. O sujeito em formação não é coagido a encaixar-se em determinado padrão de comportamento, mas estimulado em suas potencialidades e acolhido nas suas fragilidades. A bússola orientadora do percurso escolar de cada aprendente compreende, neste caso, práticas avaliativas assentadas na participação, no *feedback* permanente, na escuta sensível e no olhar atencioso sobre as idiossincrasias.

A disponibilização de espaços coletivos de participação democrática que oportunizem a reflexão e o diálogo parceiro acerca do trabalho desenvolvido são indicados por favorecerem aprendizagens que conduzem ao pensamento crítico e autônomo, viabilizador do exercício pleno da cidadania. Destaca-se, nesse processo, a assunção, pelos diferentes atores, das responsabilidades que lhes cabem e pelas quais interessa lutar, incluindo a disciplina necessária ao ambiente escolar e social.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Gestão compartilhada. Organização escolar em ciclos.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 9.665 da Casa Civil da Presidência da República*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília-DF, 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa. *O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar*. Rio de Janeiro-RJ: DP&A, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). *Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012*. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*. Brasília-DF, 2014.